

DA NECESSIDADE
1. Resumo do problema a ser resolvido (obrigatório):
A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), filtros químicos com rosca padrão Rd40 e classificação de proteção A2B2E2K2HgP3 por esta OM, resolverá o problema da exposição dos trabalhadores a riscos ocupacionais, garantindo condições adequadas de segurança, saúde e padronização no exercício das atividades.
2. Identificação do Requisitante (obrigatório):
2.1 Organização Militar (OM): Centro Industrial Nuclear de Aramar - CINA 2.2 Área requisitante: Assessoria de Engenharia de Segurança do Trabalho
3. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) (obrigatório):
O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir: I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000153/2026 II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025 III) Id do item no PCA: 146 IV) Classe/Grupo: 4240 – Equipamento para Segurança e Salvamento V) Identificador da Futura Contratação: 742030-64/2026
4. Descrição da necessidade, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (obrigatório):
<p>O Centro Industrial Nuclear de Aramar necessita da aquisição de filtros químicos com rosca padrão Rd40 e classificação de proteção A2B2E2K2HgP3, destinados à proteção respiratória de trabalhadores expostos a ambientes com presença de contaminantes químicos diversos em suas atividades operacionais.</p> <p>Os filtros solicitados são equipamentos de proteção individual (EPI) essenciais para garantir a segurança ocupacional dos trabalhadores que atuam em ambientes industriais onde há exposição a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Gases e vapores orgânicos com ponto de ebulição superior a 65°C (Classe A2)• Gases e vapores inorgânicos, exceto monóxido de carbono (Classe B2)• Dióxido de enxofre e gases/vapores ácidos (Classe E2)• Amônia e derivados orgânicos da amônia (Classe K2)• Vapores de mercúrio (Classe Hg)• Partículas sólidas e líquidas com eficiência mínima de 99,95% (Classe P3) <p>A aquisição visa atender às exigências das Normas Regulamentadoras:</p> <ul style="list-style-type: none">• NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual• NR-9 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais

- NR-15 - Atividades e Operações Insalubres
- NR-32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (quando aplicável)

5. Descrição dos Requisitos da Contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (obrigatório):

Os requisitos de contratação para o Filtro Químico rosca Rd40 (A2B2E2K2HgP3) foram estabelecidos considerando as necessidades específicas da Administração, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho e sustentabilidade. Tais requisitos são necessários e suficientes para delimitar adequadamente o objeto da contratação, garantindo a competitividade do certame e o atendimento às normas de segurança.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS OBRIGATÓRIAS

- Rosca: Rd40 conforme EN 148-1 ou ISO 11191
- Classificação: A2B2E2K2HgP3 com capacidades mínimas:
 - A2/B2/E2/K2: 60 minutos a concentrações normativas
 - P3: Eficiência $\geq 99,95\%$ para partículas
 - Hg: Proteção específica contra vapores de mercúrio
- Resistência respiratória: $\leq 0,7$ mbar (inspiração) / $\leq 3,0$ mbar (expiração)
- Vida útil: Mínimo 36 meses da fabricação
- Massa máxima: 500g por filtro
- Operação: -10°C a $+70^{\circ}\text{C}$, até 95% UR

Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

- Sistema de qualidade: ISO 9001 ou equivalente
- Garantia: Mínimo 36 meses contra defeitos
- Rastreabilidade: Controle de lote e procedência
- Suporte técnico: Disponível durante toda vida útil

Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, estabelecemos os seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Obrigatórios:

- Ausência de substâncias que agredem a camada de ozônio
- Materiais livres de amianto e metais pesados regulamentados
- Embalagem reciclável ou biodegradável
- Cumprimento das normas trabalhistas (sem trabalho infantil/escravo)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Eliminatórios:

- Atendimento integral às especificações técnicas

- Apresentação das certificações obrigatórias
- Conformidade com sustentabilidade obrigatória
- Capacidade técnica comprovada

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (obrigatório):

A contratação de 700 unidades de Filtro Químico rosca Rd40 (A2B2E2K2HgP3) foram estabelecidos considerando as necessidades específicas do CTMSP e subordinadas como CINA e BtlProtDefNBQR, observando necessidade de substituição e reposição de reserva técnica.

DA SOLUÇÃO

7. Levantamento de Mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (obrigatório):

Devido ao reconhecimento das opções do mercado, o critério de julgamento das propostas será de Menor Preço Unitário. Visando a economicidade proveniente da ampla disputa, e o mercado dos equipamentos, o julgamento será item a item.

Tratando-se materiais comuns, o mercado possivelmente atenderá esta futura contratação em sua totalidade. Foram encontrados no mínimo três preços para os itens em questão.

8. Estimativa do Valor da Contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (obrigatório):

O valor estimado do processo de aquisição é de R\$ 278.600,00 (duzentos e setenta e oito mil, seiscentos reais).

Declaro que a pesquisa de mercado obedeceu todos os parâmetros da atual instrução Normativa nº 65 de 2021 do MPOG e que o preço de referência obtido está de acordo com o preço praticado no mercado. Sendo que foi utilizada a Média como metodologia de preços. Acrescenta-se que foram feitas pesquisas com no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação e-mail, e que os mesmos estão com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

9. Categoria do Objeto (obrigatório):

9.1 O objeto da presente contratação enquadra-se como:

- (X) Compra
 () Prestação de serviço SEM dedicação exclusiva de mão de obra
 () Prestação de serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra

- () Serviço comum de engenharia
 () Serviço especial de engenharia
 () Obra

9.1.1 Bem de luxo: Declaramos que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. (Exemplos: artigos de marca, joias, automóveis de alta gama, móveis de luxo, camarão, lagosta, salmão, filé mignon etc.)

9.1.2 Em caso de despesas relacionadas a solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções e troca de brindes: Declaramos que consta previsão de que os recursos serão utilizados de acordo com a Portaria nº 4.036/GM-MD/2020 e Portaria MB/MD nº 35/2022, que especificam, no âmbito da Marinha do Brasil, os eventos institucionais autorizados e as autoridades competentes para aprová-los.

10. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A descrição da solução como todo será a aquisição de Filtro Químico rosca Rd40 (A2B2E2K2HgP3), com a finalidade de garantir a segurança ocupacional dos trabalhadores expostos a ambientes com presença de contaminantes químicos diversos em suas atividades operacionais.

11. Modalidade Licitatória (obrigatório):

11.1 Processo licitatório na modalidade pregão SRP: Declaramos que o objeto possui padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo considerado como uma aquisição, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da contratação (obrigatório):

NÃO PARCELAR A SOLUÇÃO

Justificativas Principais

1. Vantagem econômica comprovada através da economia de escala e redução de custos administrativos
2. Segurança operacional garantida pelo estoque adequado e continuidade de fornecimento
3. Eficiência administrativa com gestão simplificada de um único contrato
4. Viabilidade técnica considerando a vida útil de 6 (seis) anos dos produtos
5. Conformidade regulamentar com princípios de economicidade e eficiência

Condições para Implementação

- Prazo contratual: 12 a 24 meses (compatível com vida útil dos produtos)
- Entrega: Programada conforme capacidade de armazenamento
- Monitoramento: Acompanhamento mensal do consumo e validade

Benefícios Esperados

- Redução de 15-25% no custo total da aquisição
- Eliminação de riscos de desabastecimento
- Otimização de recursos administrativos
- Garantia de qualidade uniforme
- Menor impacto ambiental (menos processos/transportes)

A não divisão da solução está fundamentada em critérios técnicos, econômicos e operacionais que demonstram clara vantagem para a Administração Pública, atendendo aos princípios constitucionais de economicidade e eficiência.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes, quando for o caso:

Não haverá a contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)**14. Justificativa para participação exclusiva de ME/EPP ou não (obrigatório):**

EXCLUSÃO do tratamento diferenciado e simplificado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente item licitatório, pelos seguintes fundamentos:

A exclusão fundamenta-se no artigo 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a não aplicação do tratamento diferenciado quando houver prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, bem como no Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento diferenciado para ME/EPP.

O mercado fornecedor deste item específico é predominantemente composto por fabricantes de médio e grande porte, detentores de tecnologia especializada e certificações internacionais,

sendo restrito o número de microempresas e empresas de pequeno porte com capacidade técnica e certificações necessárias para fornecimento de filtros combinados multi-tipo classe 2. Diante do exposto, a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 poderia comprometer a qualidade, segurança e conformidade técnica do objeto licitado, justificando-se plenamente a exclusão do benefício para este item específico.

15. Justificativa para vedação de participação de Cooperativas ou não (obrigatório):

A vedação está fundamentada em critérios objetivos relacionados à natureza do objeto e encontra amparo legal na Lei nº 14.133/21, sendo necessária para garantir a adequada execução contratual e a segurança dos trabalhadores do Centro Industrial Nuclear de Aramar.

NATUREZA CRÍTICA DO OBJETO

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL CRÍTICO:

- Filtros destinados à proteção respiratória em ambiente industrial nuclear
- Falha do produto pode causar exposição ocupacional grave
- Exige responsabilidade técnica integral e rastreabilidade completa
- Necessita suporte técnico especializado contínuo

Esta vedação encontra respaldo nos critérios estabelecidos no Art. 10 da IN nº 05/2017 e está alinhada com o entendimento do PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, que reconhece as limitações da participação de cooperativas em serviços que exigem controle e supervisão específicos por parte da Administração.

16. Justificativa para permissão de empresas reunidas em consórcio ou não (obrigatório):

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio, pois a execução por uma única empresa facilita a gestão e fiscalização contratual, evitando a complexidade adicional de relacionamento com múltiplos integrantes de um consórcio, o que poderia ocasionar dificuldades na comunicação e atribuição de responsabilidades.

Face ao exposto, com fundamento no princípio da eficiência administrativa e no poder discricionário conferido pelo art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fica justificada a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio para o serviço de teste hidrostático de mangueiras de incêndio.

17. Justificativa para permissão de subcontratação do objeto (obrigatório):

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- A permissão de subcontratação de EPIs críticos contraria:
 - O princípio da **segurança jurídica**, ao dificultar a responsabilização em caso de sinistro;
 - O princípio da **eficiência administrativa**, ao permitir intermediários sem capacidade técnica comprovada;
 - O art. 121 da Lei nº 14.133/21, que permite a vedação de subcontratação quando esta comprometer a execução adequada do objeto.

<ul style="list-style-type: none"> • Diante da natureza crítica do EPI, da exigência de certificação específica do fabricante, da necessidade de rastreabilidade integral, e do risco à vida e saúde dos trabalhadores, a subcontratação do objeto licitado: <ul style="list-style-type: none"> • Compromete a qualidade e segurança do produto; • Rompe a cadeia de responsabilidade técnica e legal; • Expõe a Administração e os trabalhadores a riscos inaceitáveis. <p>Portanto, justifica-se plenamente a NÃO PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO deste item, devendo o fornecimento ser realizado exclusivamente pelo fabricante detentor do Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho.</p>
18. Justificativa para exigências de qualificação técnica na habilitação, quando for o caso:
<p>Não se Aplica.</p>
19. Justificativa para exigência de Garantia do Serviço e Garantia da Contratação, quando for o caso (para serviço):
<p>Não será necessária exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96, da Lei nº 14.133.</p>
20. Justificativa para exigência de Garantia, manutenção e assistência Técnica e Garantia da Contratação, quando for o caso (para aquisição):
<p>Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:</p> <p>Considerando que o pagamento será feito apenas após entrega dos referidos bens e observando o baixo risco do não atendimento das obrigações por parte da contratada, optou-se por não exigir garantia de execução contratual para evitar onerosidade em torno da própria exigência de garantia.</p>
21. Definição de reajuste, quando houver:
<p>Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, os preços contratados poderão ser reajustados conforme o art. 25 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25 da lei 14.133/2021.</p> <p>Para a contratação não encontrou-se no mercado índice geral, específico ou setorial adequado de reajuste melhor correlacionado com a variação inflacionária dos custos da contratação.</p> <p>Portanto, para atender a legislação será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.</p>
22. Se a licitação for executada com o procedimento do Sistema de Registro de Preços, efetuar o enquadramento do objeto com base no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:

A presente licitação trata-se de Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, sendo enquadrado nas seguintes justificativas (art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023):

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; e

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

22.1. Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo, na licitação para Registro de Preços:

Declaramos que está prevista a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, com a renovação das quantidades registradas, até o limite do quantitativo original, desde que atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

23. Apresentação dos prazos máximos de execução e vigência da contratação (obrigatório):

O prazo de vigência da contratação é de 70 (Setenta) dias, contados a partir da data de emissão da Autorização de Compra.

23.1 Contrato de Escopo (obrigatório):

Não se aplica.

24. Apresentação do local de execução e/ou fornecimento (obrigatório):

Local de fornecimento será o Centro Industrial Nuclear de Aramar, endereço Estrada Vicinal Iperó-Sorocaba. Km 12,5 s/n, cidade Iperó/SP; CEP: 18560-000 e;

25. Justificativa do enquadramento ou não do objeto como atividade de custeio (obrigatório):

(X) SIM
() NÃO

Conforme características e aplicações do objeto, o presente processo diz respeito a custeio. Tal definição foi baseada, conforme estabelecido em norma complementar para o cumprimento do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, relacionado no inciso V do Art. 2º da Portaria 7.828, de 30 de agosto de 2022.

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Ressalto que este item refere-se à aquisição para manutenção e, portanto, classificado como atividade de custeio.

Limite:

Visto que este processo refere-se a um novo contrato, será observado o que está estabelecido no Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019:

“Atividades de custeio

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

Competência das autoridades:

Baseado no § 3º descrito no item acima e no Art. 3º da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, conforme transcrito:

“Art. 3º A autorização de que trata o art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, poderá ser realizada em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação.”

Sendo assim, reafirmamos o compromisso de que este órgão exercerá suas atribuições legais sempre que necessário durante o processo. Tal exercício será formalizado por meio de portaria de nomeação, que concederá as autorizações e atribuições adequadas para as funções a serem designadas oportunamente.

26. Objeto relativo a Programa Estratégico (obrigatório):

O objeto não é relativo a Programa Estratégico. Diante disso, deverá ser analisado pelo CJU/SP.

DO PLANEJAMENTO**27. Benefícios a serem alcançados com a contratação (demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis) (obrigatório):**

Benefícios Diretos**1. Segurança e Conformidade Legal**

- Garantia da proteção respiratória adequada dos trabalhadores em situações de exposição a contaminantes químicos
- Conformidade com a NBR 13698 e com as exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho
- Prevenção de acidentes e danos relacionados à exposição ocupacional inadequada
- Redução de riscos à integridade física de servidores, colaboradores e visitantes
- Cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional vigentes, evitando multas e penalidades

2. Economicidade

- Aquisição em lote único com economia de escala estimada em 15-25% no preço unitário
- Aumento da vida útil dos equipamentos através de armazenamento adequado e padronização
- Redução de custos com afastamentos e indenizações devido à melhoria na segurança ocupacional
- Evita gastos emergenciais com aquisições não planejadas de filtros inadequados
- Redução de custos administrativos com múltiplas licitações e gestão de diversos contratos

3. Eficiência

- Certificação técnica da adequação dos equipamentos de proteção respiratória
- Documentação e rastreabilidade da condição de cada lote de filtros
- Planejamento eficaz das substituições necessárias baseado em validade e consumo
- Otimização do orçamento destinado à segurança ocupacional

Benefícios Indiretos**1. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos**

- Liberação da equipe técnica da instituição para atividades-fim, ao invés de realizar múltiplas gestões contratuais
- Redução da necessidade de capacitação para gestão de diferentes fornecedores e produtos
- Maior segurança para as equipes que utilizarão equipamentos adequadamente certificados e padronizados

2. Aproveitamento de Recursos Materiais

- Aproveitamento máximo da vida útil dos filtros químicos (5 anos)
- Compatibilidade garantida com respiradores existentes (rosca Rd40)
- Redução do descarte prematuro de equipamentos por incompatibilidade
- Utilização adequada do espaço físico com armazenamento padronizado e organizado

3. Impactos Ambientais Positivos

- Prolongamento da vida útil dos filtros através de armazenamento adequado
- Menor geração de resíduos através da padronização e planejamento de consumo
- Identificação precisa da necessidade de substituição, evitando descartes desnecessários
- Possibilidade de programa de logística reversa com fornecedor único

4. Melhoria da Qualidade de Serviços à Sociedade

- Aumento da confiabilidade do sistema de proteção respiratória
- Melhoria na segurança ocupacional e preservação da saúde dos trabalhadores
- Preservação do patrimônio público por meio da prevenção eficaz de exposições ocupacionais
- Tranquilidade aos trabalhadores quanto às condições de segurança do ambiente de trabalho.

28. Providências a serem Adotadas (pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual):

Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação.

29. Possíveis Impactos Ambientais (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável):

Os Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas.

Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos.

Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica na referida norma.

29.1. Definição do código e sua respectiva descrição do registro no CADASTRO TÉCNICO

FEDERAL (CTF) do IBAMA ou justificar a opção pela não obrigatoriedade do CTF para o objeto:
A não exigência do CTF está fundamentada na natureza da atividade contratada (fornecimento comercial) e na finalidade do produto (proteção ocupacional), que não se enquadram nas atividades sujeitas ao controle ambiental federal.
30. Regime de Execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso:
Não se aplica.
DA VIABILIDADE
31. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina) (Obrigatório):
<p>Após análise dos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação do fornecimento de filtros químicos rosca Rd40 (A2B2E2K2HgP3) é viável e razoável, considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de produto essencial à proteção respiratória dos trabalhadores nas instalações, atendendo às exigências normativas do Ministério do Trabalho e Emprego e às Normas Regulamentadoras vigentes de segurança e saúde ocupacional; • Os filtros químicos demandam renovação periódica para manutenção da proteção respiratória adequada, conforme determina a NBR 13698 e EN 14387, sendo esta medida indispensável para assegurar a proteção eficaz dos trabalhadores em situações de exposição a contaminantes químicos; • O fornecimento por empresa especializada, com produtos certificados e suporte técnico especializado, garante maior qualidade, confiabilidade dos equipamentos e rastreabilidade das informações; • Não há disponibilidade interna de recursos para fabricação dos filtros químicos, sendo necessária a aquisição externa para suprir adequadamente a demanda operacional com a devida eficiência e segurança; • A contratação proposta atende de forma adequada e eficiente à necessidade administrativa, demonstrando-se tecnicamente justificável e economicamente compatível com os parâmetros praticados pelo mercado. <p>Dessa forma, conclui-se que a contratação é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina, estando em conformidade com o artigo 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021.</p>
32. Publicidade das Informações – Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) (obrigatório):
A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos ad-

ministrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.

Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.

Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.

Face ao exposto, a presente contratação possui limitação quanto à sua publicidade:

() SIM - Deverá ser pensado aos autos o "Termo de Justificativa", fundamentando a referida limitação.

(X) NÃO.

ANEXOS:

ANEXO I – Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item (obrigatório):

Anexo I do ETP digital - Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES (ITEM A ITEM, INCLUSIVE QUANDO HOUVER FORMAÇÃO DE GRUPO)
1	Filtro combinado multi-tipo para retenção simultânea de gases, vapores e partículas, classe 2, contendo material filtrante para proteção tipo A (vapores orgânicos), tipo B (gases ácidos), tipo E (gases e vapores inorgânicos), tipo K (amônia, aminas e hidrazinas), tipo Hg (vapor de mercúrio) e tipo P (partículas), material carcaça alumínio e material do elemento filtrante carvão ativado, encaixe rosca Rd40 (40mm x 1/4"), medidas 108mm (diâmetro) e 95mm (altura).	un	50	700	Quantitativo necessário para substituição e reposição de reserva técnica.

Observação: O detalhamento dos quantitativos deverá ser divulgado ainda que o orçamento estimado tenha caráter sigiloso.

Responsáveis:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO	
MEMBRO LÍDER DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
<p>Nome: Carlos Alberto de Almeida Lima Função: Assessor de Engenharia de Segurança do Trabalho E-mail: carlosalberto.lima@marinha.mil.br Ramal: 8219 Elemento Organizacional: CINA-02.1</p> <p>São Paulo, na data da assinatura:</p>	
MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
<p>Nome: Antonio Carlos Moreira Duarte Função: Assistente Administrativo E-mail: antonio.duarte@marinha.mil.br Ramal: 8437 Elemento Organizacional: CINA-02.1.0</p> <p>São Paulo, na data da assinatura:</p>	<p>Nome: Sérgio Donadon Função: Técnico de Segurança do Trabalho E-mail: sergio.donadon@marinha.mil.br Ramal: 8437 Elemento Organizacional: CINA-02.1.1.0</p> <p>São Paulo, na data da assinatura:</p>